

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais

Sindicato terá reuniões mensais com a Copasa para discutir problemas na empresa

A diretoria Executiva do SINDÁGUA foi recebida na tarde de quinta-feira, dia 30, pelo Diretor de Gestão Corporativa da Copasa (DGC), Francisco Eduardo Queiroz Cançado, quando foi anunciado que Sindicato e empresa cumprirão um calendário mensal para discutir as questões administrativas em todo o Estado.

O diretor de Gestão, afirmou que a Copasa pretende aprofundar a discussão da empresa com o Sindicato, através de um processo aberto para abordar questões pontuais.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO

Nesta primeira reunião, o Sindicato teve oportunidade de apontar alguns pontos de discordância quanto à gestão que vem desde a direção anterior da empresa, principalmente a questão do aditamento da PPP do Rio Manso, que a entidade acredita ser possível ter sua obra realizada pelos próprios trabalhadores da empresa e a um custo infinitamente menor.

O diretor da empresa demonstrou sua preocupação com o grande volume de contratos de concessões



vencendo neste ano. Foram 66 até março e no ano chegam a 106 contratos para serem discutidos. A perda da concessão de Pará de Minas e as ameaças sobre contratos de concessões de Montes Claros, Ubá e Santa Luzia acenderam a “luz vermelha” na empresa, para que não se repita a mesma omissão nas negociações com os executivos municipais praticada pela direção anterior da empresa e pelo Governo do Estado.

Francisco Cançado apresentou também uma evolução deste 2002 do quadro e gasto com pessoal na

empresa desde 2002, mas reiterou várias vezes que entende que os contratos de terceirização representam o maior custo da empresa, alertando que se paga hoje os erros do passado. Afirmou que todos os contratos serão revistos, passando um “pente fino” em todos eles.

O presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, lembrou que “a Copasa perdeu o foco no saneamento e priorizou a busca do lucro, não podendo mais convivermos com o processo de sucateamento que passou a ser gerida”.

FECHADO ACORDOS COLETIVOS NA COPANOR E AGUAS MINERAIS

Já foram fechados os acordos coletivos dos trabalhadores na Copanor e Águas Minerais. O reajuste salarial na Copanor foi de 6,78% a partir de 1º de novembro/2014, sendo que as diferenças salariais acumuladas, inclusive 13º salário, serão pagas a partir da assinatura do acordo.

Nas Águas Minerais, o acordo estabeleceu reajuste salarial de 6,59% a partir de 1º de outubro/2014.

Nas negociações tanto na Copanor quanto nas Águas Minerais avançamos em cláusulas importantes, como a revisão da tabela salarial e o PCCS com a participação dos trabalhadores, com prazos de serem implantados

até o final do ano, com a abertura de concurso para estruturação, através de planejamento junto com a representação dos trabalhadores, de forma a resgatar o funcionamento e atendimento à população, com prazos de manutenção.

Os avanços aconteceram em várias cláusulas, atendendo exigências dos trabalhadores, como no tíquete alimentação, permitindo à categoria ainda uma mobilização por melhores salários e condições de trabalho.

Ambos os acordos foram aprovados com validade de dois anos, garantindo-se as variações econômicas anualmente.

ADITAMENTO DE OBRA DE PPP DO MANSO CAUSA INDIGNAÇÃO POR CUSTO DANOSO

Nos preocupa também os programas de parceria público privada implementados pelo ex-governo tucano e, em nosso caso, no que consideramos a escandalosa PPP do Rio Manso, que denunciamos como não necessária e que vazaram profundamente os cofres da empresa. Mobilizamos deputados, realizamos audiências públicas, denunciamos ao povo mineiro, mas fomos superados pelo rolo compressor do governo tucano e seus deputados de plantão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Agora, nos manifestamos contra o aditamento de contrato com a mesma empreiteira beneficiária deste contrato para executar obras de captação de vazão de 5m³/s do Rio Paraopeba, obra esta que poderia ser plenamente executada com trabalhadores e recursos próprios da Copasa.

O SINDÁGUA alerta para os graves prejuízos sociais com

a mercantilização dos serviços de saneamento, entregando-os a agentes privados que priorizam a evolução de seus lucros, a despeito da necessidade do povo sem saneamento e que não pode pagar a explosão de tarifas nos serviços públicos.

Por último, com o novo governo, gostaríamos de assistir a verdadeira revolução e inversão de prioridades nos serviços públicos, retirando sua condução e responsabilidade das mãos de gestores que serviram aos interesses de elite, contra uma demanda social de um povo sofrido com o represamento de políticas públicas. Aguardamos que a máquina do Estado seja de fato conduzida por gestores comprometidos com os interesses do povo mineiro e que não continue nas mãos de quem sempre virou as costas às necessidades sociais prementes.

Perda de Pará de Minas é um caos construído pela omissão

O SINDÁGUA-MG reiterou nos últimos meses as grandes preocupações que nos atormentam desde o governo tucano, afastado do “palácio” pelo povo mineiro, nas últimas eleições. Apostamos que um governo comprometido com causas sociais possa contemplar as lutas com o atendimento de medidas urgentes, sobretudo para que saneie necessidades urgentes e essenciais em nosso Estado.

Um dos pilares propugnados pelo governador Fernando Pimentel, ainda na campanha eleitoral, seria seu compromisso com uma administração participativa da sociedade na gestão do Estado, de forma a atingir as necessidades prioritárias apontadas pelos mineiros para políticas públicas nas verdadeiras emergências sociais apontadas, solucionando demandas sociais repressadas de serviços essenciais.

O SINDÁGUA, que participou ativamente destas discussões e endosso ao programa do novo governo, reitera preocupações que muito nos afligem e nos mantemos atentos nos encaminhamentos que trazem luz a este debate.

A Copasa se sente hoje pressionada por cerca de 100 contratos de concessões vencidas ou vindendas com municípios mineiros para prestação de serviços de

saneamento. Estamos assistindo ao trágico desfecho de perder a concessão de Pará de Minas. O prefeito local pressionou a Copasa, contra a manutenção do contrato de concessão, tendo uma resposta pouco efetiva da empresa e do governo do Estado para mantê-los. Temos pela frente também severa ameaça nos contratos de Santa Luzia e Montes Claros.

Lamentamos a postura da empresa de sempre terceirizar, contratando escritório jurídico de São Paulo para as ações de Pará de Minas, quando temos profissionais gabaritados no jurídico da própria Copasa.

Imputamos ao ex-governo tucano e à ex-direção da Copasa a total negligência no cumprimento de cláusulas contratuais e abandono completo no entendimento com os prefeitos municipais para ajustar os compromissos entre as partes, o que redundou nas retaliações dos executivos municipais contra a empresa, colocando as populações como joguete e principais prejudicados por não contarem com nossos serviços de reconhecida excelência. Contamos com uma ação mais efetiva e ágil do novo governo e direção da Copasa na condução destas negociações, impedindo que os prejuízos sejam ainda maiores, como vai se delineando.



PDV É SUSPENSO E APOSENTADOS INSCRITOS SERÃO DESLIGADOS

A presidenta da Copasa, Sinara Meireles, editou CP no último dia 24 de abril, em que informa a suspensão do Programa de Desligamento Voluntário de Empregados Aposentados e em condições de se aposentar a partir do dia 8 de maio.

Trabalhadores aposentados que queiram se inscrever para desligamento têm prazo até o dia 7

de maio.

Segundo informações apuradas pelo Sindicato, a empresa tem intenção de fazer o desligamento imediato de todos os inscritos, de forma paulatina.

O SINDÁGUA procurou a direção da empresa de forma a sensibilizá-la em programar os desligamentos nos prazos previstos pelos trabalhadores de forma a garantir os direitos do

plano previdenciário da Libertas, completando a idade necessária de 58 anos de contribuições, impedindo qualquer prejuízo aos companheiros.



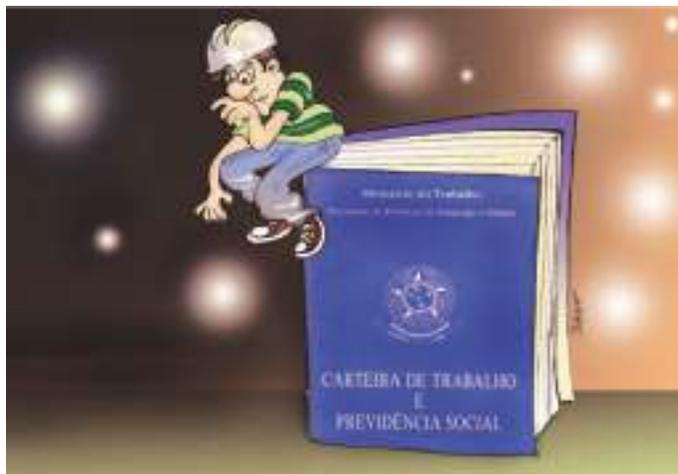
TERCEIRIZAÇÃO ANIQUILA DIREITOS TRABALHISTAS

A aprovação pelo Congresso Nacional (faltando ainda votação no Senado) do PL 4330, que permite terceirizar qualquer atividade dentro das empresas (inclusive atividades fins) é um passo gigantesco para aprofundar esta forma de escravidão contra os trabalhadores brasileiros.

É lugar comum a constatação em tantas categorias profissionais que os acidentes de trabalho acontecem exatamente com os companheiros terceirizados. E os motivos são sempre os mesmos: trabalho em excesso,

falta de equipamentos de segurança, falta de treinamento e qualificação profissional. Além de tudo isto, estes companheiros não usufruem dos mesmos direitos dos trabalhadores de contratação direta, com carteira profissional e cumprimento de convenções e acordos coletivos de trabalho.

Participe da luta contra o PL 4330, que agora passa se



chama PLC 30/2015.

Cobre dos deputados de sua região, mande e-mails para os deputados, vamos engrossar a luta pelos direitos no trabalho.

EXEMPLO DE EXPLORAÇÃO NA COPASA

Já tivemos a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Copasa e o Ministério Público do Trabalho, para que a empresa não terceirize atividades fins, se limitando a atividades como limpeza, vigilância e outras.

Em 2013, a Copasa fez uma das suas mais virulentas e inapropriadas terceirizações, o serviço 115, de call center. Foram 140 trabalhadores atingidos, restando apenas 23 para decidir seu destino. Sete companheiros foram demitidos. Terceirizar um call center de um serviço público representa colocar nas mãos de quem não tem vínculo com a Copasa a responsabilidade de lidar com a população consumidora. É, em resumo, um profissional que zela pela boa imagem da empresa na prestação de serviços, fazendo



com que demandas e resoluções sejam alcançadas com eficiência. Mas a empresa, os acionistas e os interessados em explorar mão de obra pensam diferente.

Demitem quem tem direitos e condições de trabalho estabelecidas em acordos coletivos para contratar e até subcontratar trabalhadores vilmente explorados.

O Sindicato age para que companheiros que saíram do 115 para outros setores da empresa tenham seus direitos respeitados. Num deles, trabalhavam jornada de seis horas e passaram para o regime de oito horas diárias, devendo ter todos os impactos da mudança respeitados. Vários companheiros procuram a justiça para serem reintegrados e quem passou da jornada de 6 horas para 8 horas busca também uma evolução

Mobilização para não perder os direitos garantidos na CLT

A luta dos trabalhadores não tem fim. Nos últimos anos fizemos intensas mobilizações pelo fim do “fator previdenciário”, conquistamos reajustes com ganhos reais no salário mínimo, conquistamos mais três dias para cada ano trabalhado para aumentar o aviso prévio no caso de demissões, mas 2015 começou como um verdadeiro vulcão para prejudicar direitos dos trabalhadores.

Começamos o ano com duas medidas provisórias (MPs 664 e 665), editadas pela presidenta Dilma Rousseff, que prejudica conquistas sociais importantes, impondo maiores dificuldades para o seguro-desemprego e metendo a foice nas pensões. Agora, as ameaças são ainda muito maiores com a tramitação no Senado e com aprovação consolidada na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei (PL) 4330, que permite às empresas, públicas ou privadas, implementar a terceirização sem limites, inclusive em atividades fins, destruindo os avanços na Constituição Federal de 1988, que instituiu os concursos públicos, e jogando na lata de lixo os direitos trabalhistas garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar de toda a pressão do movimento sindical e mesmo do

Ministério Público do Trabalho e parecer contrário de magistrados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o risco de termos aprovado este projeto de extremo interesse dos patrões, que têm maioria de representação dentro do Congresso Nacional, pode significar um retrocesso terrível nas relações de trabalho em nosso País. Como se sabe, com ações e denúncias do Ministério Público do Trabalho (MPT), a terceirização é um instrumento de desrespeitar direitos estabelecidos em convenções e acordos coletivos de trabalho, sendo praticada através de franca exploração de trabalhadores subcontratados com salários aviltantes, sem treinamento e nem sequer equipamentos de segurança e saúde no trabalho. Não é a toa que engrossam as estatísticas de acidentes no trabalho em todo o País.

Pior de tudo, as severas ameaças têm como pano de fundo uma crise institucional, num processo de guerra aberto entre o Congresso Nacional e o Governo Federal, com ações virulentas do deputado que preside a Câmara Federal e que age num estilo do “quanto pior melhor”.

A situação que a guerra política espera transformar o País pode ser explicada na frase do tucano Aloisio Nunes que

justificava não ser adepto por um eventual impeachment da presidenta Dilma, pois queria vê-la “sangrar até o fim”. Este estado de revanchismo político serve para prejudicar os avanços sociais alcançados pela sociedade brasileira recentemente e pelos trabalhadores há mais de 70 anos, quando conseguimos na Consolidação das Leis do Trabalho o atendimento de exigências e lutas históricas e mobilizadoras dos trabalhadores nas décadas de 1920/1930. Destruir o País passa primeiro por estabelecer o caos e, em primeiro lugar, cassar direitos da classe trabalhadora, construindo uma regressão apavorante nas condições e relações do trabalho, facilitando o processo de exploração de mão de obra quase no nível de uma escravidão.

A luta dos trabalhadores não tem fim e a mobilização continua extremamente necessária para enfrentarmos este desmanche que fazem das condições sociais. O 1º de maio nos serve para denunciar, para alertar deste retrocesso medonho que joga todo o esforço que se faz para acabar com os bolsões de miséria no Brasil. É uma luta não só dos trabalhadores, mas de nossas famílias, da sociedade inteira pela paz social.

1º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR

